

RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.097 - SP (2019/0173160-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS E MORADORES DO
JARDIM RESIDENCIAL LAS PALMAS
ADVOGADO : WILDER BERTONHA - SP129973
RECORRIDO : PAULO CELSO MOREIRA
RECORRIDO : NADIA REINIG MOREIRA
ADVOGADO : PAULO REINIG MOREIRA - SP236153

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação declaratória negativa de obrigação. Associação de moradores.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS E MORADORES DO JARDIM RESIDENCIAL LAS PALMAS, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 15/10/2018.

Concluso ao gabinete em: 26/06/2019.

Ação: declaratória negativa de obrigação ajuizada por PAULO CELSO MOREIRA e NADIA REINIG MOREIRA, em desfavor da recorrente, buscando a declaração da não obrigação legal ou contratual de participarem dos quadros de sócios da associação.

Sentença: julgou improcedentes os pedidos.

Acórdão: deram provimento à apelação interposta pelos recorridos, nos termos da seguinte ementa:

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - Loteamento residencial fechado - Contribuições mensais a associação de moradores – Liberdade de associação – Decisão recente do STJ em sede de recursos repetitivos (REsp 1.439.163/SP), que afasta a obrigação no caso – Garantia constitucional da liberdade de associação e da legalidade, uma vez que ninguém pode ser compelido a fazer algo senão em virtude de lei – Sentença reformada – Recurso provido.

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 373, I, 489, § 1º, IV, 1.013, 1.022, II, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta negativa de prestação jurisdicional, no tocante à constituição de condomínio por intermédio de legislação local.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da existência de loteamento não regularizado, administrado por associação de moradores, caracterizando mero

"condomínio de fato" (e-STJ, fl. 254), de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Dessa forma, verifica-se que foram devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 373, I, e 1.013 do CPC/15, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Ademais, constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que quanto à alegação de divergência jurisprudencial, a parte recorrente não colacionou nenhum julgado para fins de confrontação com acórdão impugnado, atraindo, igualmente, a incidência da Súmula 284/STF.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 256) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º,

Superior Tribunal de Justiça

do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora